

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS/DAS SURDOS/AS DESDE A IDADE ANTIGA ATÉ A CONTEMPORANEIDADE, CAMINHOS (RE)CONSTRUÍDOS ATRAVÉS DA MEMÓRIA

WERMERSON MEIRA SILVA¹

JOÃO DIÓGENES FERREIRA DOS SANTOS²

1. INTRODUÇÃO

A vida humana, desde os primórdios da civilização esteve intimamente ligada à comunicação e, independente do meio e da maneira que ocorre, ela está carregada de linguagens e semioticidade, pois é a língua que permite a humanidade relacionar-se com grande parte do mundo, transformando-se em um instrumento essencial na vida social e psicológica contemporânea (QUADROS, 2004).

O extermínio se tornou uma prática comum para os que nascessem com algum tipo de deficiência, pois a sociedade valorizava o corpo saudável. Na Idade Antiga, em Roma, visavam crianças robustas, pois era amparado no paradigma da força física, pois os indivíduos eram preparados para a luta. Aqueles que tivessem alguma característica defeituosa, malformados, precocemente já tinham sua sentença de exclusão, tanto em Esparta, assim como na antiga Grécia, as crianças deficientes eram abandonadas nas montanhas e, em Roma, eram atirados nos rios (STOBÁUS; MOSQUERA, 2004).

Sendo assim, este artigo é um recorte da minha tese apresentada no Programa de Memória: Linguagem e Sociedade-PPGMLS/UESB, onde busquei abordar um panorama da educação de surdos/as no mundo e no Brasil associados à educação inclusiva na qual detalharemos o processo de luta e resistência dos/as surdos/as desde a idade antiga até a contemporaneidade.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Utilizamos a pesquisa bibliográfica para investigar obras publicadas que nos auxiliam fazer um levantamento de autores de livros e artigos por meio eletrônico

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - [PPGMLS-UESB] e Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - [UESB]. E-mail: wermerson@uesb.edu.br

² Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - [PPGMLS-UESB] e docente da Universidade Estadual de Feira de Santana - [UEFS]. jdfsantos@uefs.br

ou escrito com objetivo colher informações na qual procuramos uma articulação com a nossa pesquisa. Para Gil (2002, p. 65): “Ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Sendo assim, essa modalidade de pesquisa é aplicada para investigar os fenômenos em obras teóricas que dispõe de informações necessárias contribuindo com o entrelaçamento do problema de pesquisa, colocando o pesquisador em contato com as produções que muitas vezes estão fragmentadas.

3. Resultados e Discussão

3.1 PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS SURDOS/AS

NO início da filosofia na sociedade, por volta de meados de 400 e 300 anos A.C, conforme Bianchetti e Freire (2002) começou a preocupação em entender a mente humana, bem como o comportamento humano. Nessa mesma época, em Roma e Grécia, essencialmente em Esparta e Atenas, cidades onde eram marcadas pelo predomínio das guerras, não se admitia pessoas com algum tipo de deficiência, pois eram consideradas imperfeitas. Nessa época, os surdos não eram dignos de direitos como fazer testamentos ou mesmo se casar, portanto, sem direito de pertencer à sociedade.

Na Grécia antiga, de acordo com Campos (2013), os surdos eram abandonados nas praças públicas, campos, jogados de rochedos. Cada sociedade tomava decisões pavorosas ao tratar as pessoas com deficiências: abandono, extermínio e padronização do que era o ideal, devido à prevalecente cultura na época dos estudos aos pensamentos do filósofo grego Aristóteles (384-322 A.C) que, ao nascer surdo, uma pessoa seria incapaz de aprender e ter conhecimento.

Nesse período, a sociedade considerava os surdos como imbecis e um castigo dos deuses, as pessoas que eram surdas, conseqüentemente, eram mudas. Dessa forma, não era possível que os sujeitos surdos pensassem, pois não podiam falar. Logo, se não pensavam, os surdos não eram considerados humanos (CAMPOS, 2013).

Na Antiguidade e por quase toda a Idade Média, os surdos não eram inseridos na educação, no entanto no início do século XVI, começaram a buscar forma de educá-los de modo que os surdos pudessem aprender através de

determinados procedimentos pedagógicos, ainda, na Idade Média, os surdos se enquadravam dentro do grupo dos deficientes. A educação desses sujeitos se resumia a pequenas práticas de cuidados ao contrário de metodologias e procedimentos educacionais, Lourenço e Barani (2001).

Na Idade Média, uma nova postura era conduzida, com a vinda do cristianismo, surgiu no cenário político o clero, no qual os deficientes começaram a escapar do abandono e da exposição, passando a ser acolhidos em conventos ou igrejas sobre a ambivalência castigo e caridade. Esse contexto era defendido pela doutrina cristã com relação ao direito à vida, passando a considerar essas pessoas também como filhos de Deus, com alma e como seres humanos, era pregado o amor ao próximo assim como o perdão pelos pecados (CAMPOS, 2013).

No período da Idade Média, foram criadas casas para internação com o intuito de esconder essas pessoas, por causa do preconceito que sofria toda a família do indivíduo. Os pais internavam em seguida quando descobriam algo de diferente na criança, porque sentiam vergonha, assim como medo da exclusão social, até porque a sociedade julgava os pais como pessoas incompetentes por não terem filhos normais ou como resultado de pecados praticados pelos pais. Sendo assim, com a retirada das pessoas com deficiência do convívio social só aumentaram a invisibilidade desses indivíduos, já que eram considerados inválidos para sociedade e agora então inexistentes (FLORENCIO, 2010).

Com isso, as práticas de abandono, conseqüentemente, aumentaram, e esses desfavorecidos eram levados para as igrejas ou espaços religiosos, onde eram cuidados pelos padres, freiras, leigos e demais pessoas do clero até atingirem a fase adulta. Nesse mesmo período, são criadas as Santas Casas de Misericórdia com o intuito de acolher esses indivíduos abandonados, começando a preocupação do ensino para os surdos (LOURENÇO; BARANI, 2011).

No início da Renascença e final da Idade Média, Campos (2013) afirma que a deficiência passa a ser encarada pelo prisma da cientificidade, deixando para trás a ideologia da surdez baseada no caráter religioso. Com início no século XV até o fim do século XVI, ocorreu à revolução científica, nesse período, a medicina tem papel importante por conta do crescente interesse despertado pelos médicos em investigar a mudez ocasionada pela surdez, nesse mesmo contexto, o avanço dos estudos de anatomia cresce consideravelmente, e, a partir do século XVII, o método experimental se afirma na medicina.

Os treinamentos voltados para a fala era a única fórmula de reabilitação até o século XVII, sendo que os surdos não tinham a opção de escolha, eram obrigados a se adaptarem à condição dos ouvintes, por vezes, muitos profissionais e médicos, religiosos, autores, pedagogos e filósofos, começaram a se dedicar a realização de exercícios, fazendo uso de vários métodos para a aquisição da linguagem oral. Movidos por essa intenção, surge em diversos países profissionais que se dedicaram fielmente, se destacando pelos seus evidentes estudos no campo da surdez (CAMPOS, 2013).

A Idade Moderna foi marcada pelo início da educação do surdo, com o exemplo da atuação do monge beneditino Italiano Pedro Ponce de Leon (1510-1584), que se dedicou a educação dos surdos na corte espanhola, sendo considerado o primeiro professor de surdos, a dedicar boa parte de sua vida à educação dos surdos, mas esta educação somente era direcionada aos filhos surdos de famílias ricas e nobres que queriam aprender a falar.

No ano de 1880, no período de 6 a 11 de setembro, foi realizado o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, tendo como principal objetivo a discussão sobre qual método deveria ser utilizado na educação dos surdos, no Congresso, vence o oralismo e o uso da língua de sinais fica oficialmente proibido. Sendo importante destacarmos que a decisão tomada foi pela maioria das pessoas ouvintes, pois os surdos que ali estavam não tiveram direito ao voto (GOLDFELD, 2002).

A conclusão a que se chegou nesse Congresso não poderia ter sido diferente, uma vez que a grande maioria dos membros presentes era a favor do método oral. Estiveram presentes no evento cento e oitenta e duas pessoas representantes de vários países europeus e americanos.

As resoluções definidas nesse Congresso de Milão agrediram as culturas, as identidades e, sobretudo, a forma de comunicação e métodos de ensino dos surdos causando um grande prejuízo para o desenvolvimento educacional deles porque as escolas de surdos foram proibidas de usar o método do gestualismo e tiveram que reorganizar todo o seu planejamento pedagógico para, obrigatoriamente, usar o método oralista elaborado pelo alemão Heinicke³. Dessa

³ Em 1754, Samuel Heinicke foi o primeiro educador a desenvolver uma instrução sistemática para os surdos na Alemanha, sua filosofia de educação ficou conhecida como Oralismo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Samuel_Heinicke. Acesso em: 19 abr. 2021.

forma, o método do gestualismo deveria ser ignorado nas escolas para dar lugar ao método oralista, pois a linguagem oral deveria prevalecer sobre o método dos sinais (SILVA, 2006).

3.2. EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

No Brasil, a educação dos surdos teve início em 1857 com o pedido do Imperador D. Pedro II (1840-1889) para se criar o Imperial Instituto de Surdos Mudos – IISM⁴, fundado pelo primeiro professor de surdos do país, o francês Hernet Huet que veio ao Brasil a convite do imperador D. Pedro II para educar os surdos do Brasil. Nesse sentido, Rocha assevera que:

Em junho de 1855, Huet apresenta ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revela a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil e também informa da sua experiência anterior como diretor de uma instituição para surdos na França, o Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges. Cumpre destacar que era comum que surdos formados pelos Institutos especializados europeus fossem contratados a fim de ajudar a fundar estabelecimentos para a educação de seus semelhantes. (ROCHA, 2008, p. 37).

Em setembro de 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos Mudos do Brasil que, ao passar dos anos, muitas pessoas passaram e fizeram história neste Instituto, foram muitas as mudanças administrativas, educacionais e políticas que fazem parte da sua trajetória (ROCHA, 2008). Nesse instituto foi utilizado, inicialmente, o método do gestualismo que durante quase um século obteve grandes resultados e avanços na educação dos surdos brasileiros. Período em que os resultados do Congresso de Milão chegam ao país trazendo consigo a obrigatoriedade do método oralista no Instituto e proibição do uso da língua de sinais nas escolas e comunicação dos surdos.

Historicamente, no Brasil, a Libras começa em 1857, obtendo uma grande influência da Língua de Sinais da França por conta da origem do primeiro professor de surdos do Brasil, o educador francês Eduard Heuet que veio ao país a convite do imperador D. Pedro II para criar o Instituto de Surdos, a fim de oferecer educação aos surdos do país. No período da República Velha (1889-1930), sendo conhecida também como Primeira República, iniciada em 1889, após o golpe de estado, com as crises política e econômica da época, ocorreu um grande declínio

⁴ Atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, situado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

no governo imperial.

Nesse ínterim, em 1911, o Decreto de nº 9.198, em seu artigo 9º, determina a volta do Método Oral Puro em todo o Instituto. Com isso os professores precisaram adequar a tais exigências de ensino por meio da Linguagem Articulada e Leitura sobre os Lábios em todas as disciplinas (ROCHA, 2008). Mesmo com todas essas proibições, a língua de sinais sobreviveu, pois sempre foi usada pelos alunos nos pátios e corredores.

A partir de 1911, a prática de ensino da Libras foi totalmente proibida em obediência ao acordo firmado no Congresso de Milão que definiu o método oralista como sendo exclusivo e mais eficaz do que o gestualismo para o desenvolvimento dos surdos. Por conta dessa decisão, o ensino da Libras foi extinto durante o século XIX, causando grande desmonte para as comunidades surdas, na década de 1970, a filósofa e professora de surdos, Ivete Vasconcelos, criou o método da Comunicação Total⁵, trouxe novamente o gestualismo à educação dos surdos, porém, apenas como um apoio para o ensino da oralidade tendo em vista que somente a oralidade não estava sendo suficiente para alcançar bons resultados na educação dos surdos (SILVA, 2011).

Dessa forma, o método da Comunicação Total preocupava com a linguagem oral dos alunos, bem como qualquer utilização de recurso linguístico, seja através da Libras ou da linguagem oral, códigos, manuais, espaços e uso simultâneo das línguas, todos respeitando a estrutura gramatical da língua oral e os materiais visuais como facilitador da comunicação (SILVA, 2011).

Desse modo, o método bilíngue propõe um planejamento pedagógico que reconhece a língua de sinais como a língua dos/as surdos/as, bem como a valorização de sua cultura nas escolas, partindo da valorização e aproveitamento da língua de sinais na educação dos surdos, este método começou ganhar espaço nas instituições de todo o país e reconhecimento constitucional (SANTOS, 2011).

No final dos anos 1990 e nos anos de 2000, os instrutores surdos, sob a coordenação da FENEIS, buscaram estratégias de consolidar o processo de

⁵ Formulada nos Estados Unidos, onde predominou nas escolas e propostas de ensino para surdos nas décadas de 1970 a 1980, a Comunicação Total não se configura como uma abordagem educacional ou metodologia específica, mas como metodologias diversas embasadas no princípio do uso de todos os meios que possam facilitar a comunicação, desde a fala sinalizada, passando por uma série de sistemas artificiais, até chegar aos sinais naturais da Língua de Sinais (CAPOVILLA, 2004, p. 1.483).

formação para Libras das turmas de ouvintes e na garantia à profissionalização dos professores surdos no que diz respeito ao desemprego e ao subemprego.

Com isso, foi sancionada a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), conhecida como a Lei de Acessibilidade, que estabeleceu, as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e no dia 5 de abril de 2002, o projeto de lei foi encaminhado pelo presidente do Senado para o Congresso Nacional e, no dia 24 de abril de 2002 é sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com isso, a proposta de educação bilíngue foi base para aprovação da língua de sinais no país, a Libras se oficializou pela Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, ou seja, a Libras é essencial para o fortalecimento da comunidade surda e para a valorização da identidade dos/as surdos/as.

No entanto, a Libras em sua modalidade visual-espacial de comunicação é a interação dos/as surdos/as, deve ser instituída nos espaços sociais e culturais, livre da marginalização, sendo respeitada e reconhecida pelos ouvintes. A educação brasileira no contexto educacional dos surdos de maneira ativa na escola ocasionou uma verdadeira corrida não apenas contra o tempo, mas também na busca de aperfeiçoamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a importância de criar novas propostas de ensino de inserção do indivíduo surdo/a em sala de aula provocou mudanças não apenas no contexto educacional das universidades, como também das escolas do Ensino Básico.

Em suma, podemos afirmar que a oferta e a busca não apenas têm a possibilidade de capacitar, mas, principalmente, de formar profissionais na área da Libras a fim de que os professores entendam e reflitam sobre as diversas áreas de conhecimento que oportunizam o ensino e aprendizagem do panorama de educação dos/as surdos/as no país e as leis de acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CAMPOS, Luísa Maria Ribeiro da Rocha Peixoto. Da escola da normalização à escola da diversidade: perspectivas da educação de surdos nos últimos trinta anos em Portugal: relatório de atividade profissional. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2013.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LOURENÇO, Kátia Regina Conrad; BARANI, Eleni. Educação e surdez: um resgate histórico pela trajetória educacional dos Surdos no Brasil e no mundo. Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade, ed. 8, set. 2011. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/educacao/53>. Acesso: 20 maio 2022.

QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROCHA, Solange. O INES e a educação de surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Informativo Técnico-Científico Espaço, INES, Rio de Janeiro, n. 29, p. 94, jan./jun. 2008.

STOBÄUS, Claus; MOSQUERA, Juan. Educação especial: em direção à educação inclusiva. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronilce Müller de (org.). Estudos Surdos I: Série de Pesquisas. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza, 2011.